

ou por junta médica do paciente em tratamento no âmbito do SUS-ES, mediante Laudo Médico, no qual deverá ficar bem caracterizada a problemática de saúde do beneficiário.

1.2. O tratamento deverá ser realizado em Unidade Assistencial do SUS (da rede própria contratada ou conveniada) que dispuser de recursos assistenciais, mais próxima da residência do paciente.

1.3. Os pedidos de tratamento para outros Estados deverão ser solicitados ao TFD de cada Macrorregião de Saúde, acompanhado do Laudo Médico e exames diagnósticos comprovando que foram esgotadas as possibilidades de atendimento no ES, cópias dos documentos pessoais e de residência do paciente e acompanhante, se houver, com antecedência mínima de 15 dias úteis, salvo em casos excepcionais.

1.4. Ao término do tratamento, a unidade médica assistencial encaminhará o paciente ao órgão de origem com relatório de atendimento (RA) devidamente preenchido, esclarecendo o tratamento realizado e o tempo de permanência.

2. Da Autorização

2.1. A autorização da concessão do benefício será dada por Comissão Autorizadora do TFD Macrorregional que solicitará se necessária, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.

2.2. O Tratamento Fora do Domicílio só será autorizado quando houver garantia de atendimento no Estado de referência.

2.3. Os pacientes já cadastrados no setor de TFD ao solicitarem retorno para continuidade do tratamento, só terão direito após prestação de contas das passagens aéreas ou rodoviárias, do relatório de atendimento e/ou da alta devidamente preenchida pelo médico assistente da unidade de destino onde foi realizado o TFD, para fins de comprovação do benefício recebido.

2.4. Caso seja necessária a permanência do paciente fora do Estado por motivo de prorrogação do tratamento, a Central de TFD deverá ser comunicada imediatamente através de laudo médico, ou laudo multiprofissional carimbado, assinado e datado.

2.4.1. Fica vetada a autorização de TFD para acesso de pacientes a outros Estados, para tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso de Atenção Básica (PAB).

3. Da Renovação do Laudo Médico

3.1. Os pacientes cadastrados no Setor de TFD poderão renovar periodicamente seus Laudos Médicos, para continuarem a receber os benefícios de TFD. O Laudo do TFD terá validade de um (01) ano podendo ser renovado pelo médico assistente do paciente, em conjunto com o médico do TFD, desde que se prove a necessidade de continuação do tratamento.

4. Da Concessão do Benefício

4.1. O fornecimento de passagens para deslocamento do paciente se dará através de empresa prestadora de serviços e o meio de transporte será o de menor custo, compatível com o estado de saúde do mesmo, e para o acompanhante e doador, quando necessário.

4.2. Serão fornecidas preferencialmente passagens rodoviárias. Passagens aéreas somente serão fornecidas para os casos em que o estado de saúde do paciente o impeça de viajar de ônibus, ou quando a demora de deslocamento traga risco extremo à sua saúde. Esses pedidos deverão ser minuciosamente justificados pelo médico assistente que deverá comprovar a gravidade do estado de saúde com a apresentação de exames complementares pertinentes e laudo médico bem fundamentado.

4.3. Pacientes que dependem de equipamentos essenciais a manutenção da vida, transporte exclusivo em maca, quadro clínico/ condição física debilitada deverão ser removidos em ambulâncias especiais, salvo quando necessitarem de transporte aéreo individualizado, quando indicado pelo médico assistente ou pela equipe.

4.4. Fica estabelecido inicialmente o pagamento de diárias de acordo com o período previsto de tratamento. Se comprovadamente houver, por meio de laudo médico da instituição assistente do usuário, necessidade de continuidade do tratamento sem retorno do paciente para o Estado de origem, serão pagas diárias num total de até 50% (cinquenta por cento) do tempo de permanência previsto, havendo, se necessário, complementação posterior de acordo com o período de permanência.

4.5. É vedado o pagamento de passagens e diárias quando o usuário se deslocar por conta própria ou quando permanecer no local do destino por um período maior do que o autorizado.

5. Do Financeiro

5.1. Pagamento de Ajuda de Custo para Alimentação, Pernoites e Transporte

5.1.1. Os pagamentos de ajuda de custo para alimentação serão feitos pelo TFD mediante a emissão de pedido de Tratamento Fora de Domicílio (PTFD), em duas (02) vias, no qual deverão constar os dados bancários para depósito em conta corrente do titular ou de seu representante legal por procuração reconhecida em cartório.

5.1.2. Por oportunidade de internação do paciente em outro Estado o pagamento de ajuda de custo se limitará ao período de deslocamento do paciente e acompanhante até a Unidade de Destino e retorno do acompanhamento ao seu domicílio, exceto em condições previamente estabelecidas. De acordo com §4º do Art. 1º da Portaria SAS/MS nº 55/1999, é vedado o pagamento de diária para pacientes encaminhados por meio de TFD que permaneçam hospitalizados no Estado para o qual foi referenciado.

5.1.3. De acordo com os termos do artigo 8º da Portaria SAS/MS nº 55/1999, quando o paciente/acompanhante retornarem do destino ao Estado de origem no mesmo dia, somente serão autorizadas passagens e ajuda de custo para alimentação.

5.1.4. O valor a ser pago ao paciente/acompanhante para cobrir as despesas de transporte, é calculado com base no menor custo, salvo em casos que o paciente necessitar de transporte especial de acordo com seu estado de saúde, com comprovação através de laudo médico. E o valor pago para ajuda de custo será de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, por dia, para despesas com alimentação e hospedagem.

5.1.5. Fica vetado o pagamento de TFD a distâncias menores que 50 km e em regiões metropolitanas.

5.2. Da Prestação de Contas

Ao término do tratamento Fora de Domicílio realizado em outro Estado o paciente ou seu representante legal deverá apresentar os canhotos das passagens e o Relatório de Atendimento Médico (RA), para fins de prestação de contas, em até cinco (05) dias úteis, após o retorno. Os canhotos dos bilhetes deverão ser encaminhados – via protocolo, ao setor de Divisão Execução Orçamentária e Financeira das Macrorregiões de Saúde juntamente com o Relatório de Atendimento e/ou Alta, devidamente preenchido pelo médico assistente da Unidade de destino. Este procedimento será imprescindível para a continuidade ou novas concessões do benefício de TFD. No caso de retorno antecipado ou óbito do paciente, haverá ressarcimento do valor de ajuda de custo referente ao período de interrupção do tratamento.

5.3. Do Faturamento

O Setor de TFD efetuará mensalmente o faturamento eletrônico das atividades mediante a apresentação do relatório mensal do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA). Deverão ser considerados procedimentos de cobrança, via BPA, o transporte aéreo, rodoviário e a ajuda de custo para alimentação e pernoite.

5.3.1. Os valores de ajuda de custo para alimentação, pernoite e transportes aéreos e terrestres para pacientes, doadores e acompanhantes, são individuais, segundo os procedimentos e os valores estabelecidos na Portaria MS/SAS nº55/1999 e reajustados pela atual Portaria MS/SAS nº 2.848/2007, conforme **Anexo I**.

5.4. Das Despesas

5.4.1. As despesas decorrentes da concessão de auxílio para TFD serão custeadas pela Secretaria do Estado de Saúde do Espírito Santo mediante a abertura de processos específicos para a compra de passagens com empresas especializadas, bem como, no oferecimento de pernoites em estabelecimentos comerciais previamente cadastrados nos locais próximos do tratamento e custeio para alimentação de pacientes e acompanhantes, quando necessário, conforme Portaria SAS/MS nº 055/1999.

5.4.2. As despesas serão custeadas pelo SUS-ES através da Divisão de Execução Orçamentária e Financeira das Superintências Regionais de Saúde.

6. Do Acompanhante

6.1. A necessidade de acompanhante deverá ser devidamente justificada no pedido inicial pelo médico signatário do Laudo Médico (LM), e será julgada pela Comissão Autorizadora do Setor de TFD, de acordo com os termos do artigo 7º da Portaria SAS/MS nº 55/1999.